

## ÍNDICE

	Págs.
NOTA PRÉVIA À 2. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	5
NOTA PRÉVIA DA 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
ABREVIATURAS .....	11
§ 1. <sup>o</sup> Direito do Trabalho: o quê, porquê e para quê? .....	13
§ 2. <sup>o</sup> Noção, objecto e características gerais do Direito do Trabalho .....	25
§ 3. <sup>o</sup> Fontes do Direito do Trabalho (breve referência) .....	31
3.1. Fontes específicas: a convenção colectiva de trabalho .....	31
3.2. A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Comunitário .....	33
3.3. A Constituição da República .....	35
§ 4. <sup>o</sup> A hierarquia das fontes e as relações entre a lei e a convenção colectiva: princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador? .....	41
4.1. O princípio do <i>favor laboratoris</i> .....	41
4.2. O art. 4. <sup>o</sup> , n. <sup>o</sup> 1, do CT de 2003 .....	44
4.3. A CRP: princípio da norma mínima? .....	47
4.4. Síntese conclusiva (em face do CT de 2003) .....	49
4.5. O art. 3. <sup>o</sup> do actual CT .....	51
§ 5. <sup>o</sup> Contrato de trabalho: noção e elementos essenciais .....	55
§ 6. <sup>o</sup> Algumas características do contrato de trabalho .....	61
6.1. Contrato sinalagmático e oneroso .....	61
6.2. Contrato patrimonial e obrigacional .....	62
6.3. Contrato de adesão .....	62
6.4. Contrato duradouro .....	63
6.5. Contrato <i>intuitu personae</i> ? .....	63
§ 7. <sup>o</sup> Contrato de trabalho <i>versus</i> contrato de prestação de serviço .....	67
7.1. Os arts. 1152. <sup>o</sup> e 1154. <sup>o</sup> do CCivil .....	67
7.2. Contrato de trabalho, Direito do Trabalho, reacção patronal .....	69
7.3. O <i>nomen iuris</i> e o «princípio da primazia da realidade» .....	72
7.4. A qualificação contratual e a prova .....	73
7.4.1. Situação anterior ao CT de 2003 .....	74
7.4.2. O art. 12. <sup>o</sup> do CT de 2003 (redacção originária) .....	75

	Págs.
7.4.3. A nova redacção do art. 12.º do CT de 2003 .....	77
7.4.4. O art. 12.º do actual CT .....	79
§ 8.º Contratos de trabalho com regime especial .....	83
8.1. Breve referência ao contrato de trabalho desportivo .....	83
8.2. Funções públicas e contrato de trabalho .....	87
§ 9.º Modalidades de contrato de trabalho: os múltiplos desvios ao modelo típico .....	91
9.1. O contrato de trabalho a prazo ou a termo .....	93
9.1.1. Liberdade contratual <i>versus</i> segurança no emprego .....	93
9.1.2. Termo resolutivo: requisitos materiais e requisitos formais ..	95
A) Requisitos materiais .....	96
B) Requisitos formais .....	100
9.1.3. Termo certo .....	102
9.1.4. Termo incerto .....	111
9.1.5. Condição resolutiva .....	115
9.1.5.1. O problema .....	117
9.1.5.2. De 1976 a 1989 .....	119
9.1.5.3. De 1989 a 2003 .....	120
9.1.5.4. O CT de 2003 .....	124
A) O art. 127.º do Código face ao art. 9.º da LCT .....	124
B) O art. 145.º do Código face ao art. 51.º da LCCT .....	125
9.1.5.5. Nota conclusiva: o actual CT .....	127
9.2. O trabalho temporário .....	128
A) Cedência ocasional de trabalhador .....	132
9.3. O trabalho a tempo parcial .....	134
9.4. O trabalho intermitente .....	139
9.4.1. Noção. O <i>genus</i> e as espécies .....	139
9.4.2. Trabalho intermitente e trabalho a tempo parcial .....	140
9.4.3. Requisitos de admissibilidade .....	142
9.4.4. Forma e conteúdo .....	142
9.4.5. Direitos e deveres do trabalhador intermitente .....	144

	Págs.
9.4.6. Contrato de trabalho intermitente <i>versus</i> contrato a termo ..	146
9.4.7. Intermitente: o contrato e o trabalho .....	148
9.5. A comissão de serviço .....	150
9.6. O teletrabalho .....	154
A) Teletrabalho <i>versus</i> trabalho no domicílio .....	159
§ 10.º A formação do contrato de trabalho .....	163
10.1. Capacidade das partes: o trabalho de menores .....	163
10.2. Idoneidade do objecto .....	169
§ 11.º Processo de formação do contrato .....	175
11.1. A promessa de contrato de trabalho .....	175
11.2. Princípio da liberdade e princípio da igualdade no acesso ao emprego .....	177
11.3. Fase pré-contratual e «direito à mentira» .....	179
§ 12.º Formalismo negocial: o princípio da consensualidade e as suas excepções .....	183
§ 13.º A invalidade do contrato de trabalho .....	187
13.1. Invalidade parcial .....	187
13.2. Invalidade total .....	189
§ 14.º O período experimental .....	191
14.1. Regime jurídico .....	191
14.2. O período experimental e o art. 53.º da CRP .....	195
§ 15.º O empregador e a empresa .....	199
15.1. Empresa e Direito do Trabalho .....	199
15.2. Transmissão da empresa e contrato de trabalho .....	201
15.2.1. Sub-rogação legal do adquirente .....	201
15.2.2. Direito de oposição do trabalhador? .....	203
15.3. A dimensão da empresa e o Direito do Trabalho .....	206
15.3.1. Principais projecções regimentais da classificação tipológica das empresas laborais .....	208

	Págs.
15.3.2. Balanço e perspectivas: o processo de «dimensionamento» do Direito do Trabalho no contexto da flexibilização das leis laborais .....	211
15.3.3. O dilema dimensional .....	213
§ 16.º Os poderes patronais e os direitos do trabalhador enquanto pessoa e cidadão .....	217
16.1. Os poderes do empregador .....	217
16.2. A força de trabalho e a pessoa do trabalhador .....	224
16.2.1. Os direitos laborais inespecíficos .....	224
16.2.2. Um exemplo: tabaco e trabalho .....	229
16.2.2.1. Fumar nos locais de trabalho: permitido ou proibido? .....	231
A) Proibição legal de fumar nas áreas fechadas dos locais de trabalho .....	231
B) Permissão legal de fumar nas áreas ao ar livre dos locais de trabalho .....	233
C) Permissão legal condicionada de fumar nas áreas fechadas dos locais de trabalho .....	233
D) Que espaço para a decisão patronal? .....	235
16.2.2.2. Proibição de fumar e poder disciplinar .....	237
16.2.2.3. Condição de fumador e contrato de trabalho. Motivo de cessação do contrato? Requisito de contratação laboral? .....	239
16.2.2.4. Conclusão .....	241
§ 17.º O <i>quid</i> da prestação de trabalho: fazer o quê? .....	243
17.1. O objecto da prestação de trabalho: a categoria profissional e as funções desempenhadas pelo trabalhador .....	243
17.2. A mobilidade funcional .....	246
§ 18.º O lugar da prestação de trabalho: trabalhar onde? .....	249
18.1. O relevo do local de trabalho .....	249
18.2. A noção de local de trabalho .....	251
18.3. A garantia da inamovibilidade do trabalhador .....	253
18.4. As possibilidades de transferência unilateral à luz do CT .....	254
18.5. As transferências autorizadas pelo contrato: as «cláusulas de mobilidade geográfica» .....	258

	Págs.
18.6. A transferência dos representantes dos trabalhadores .....	263
18.7. A transferência como direito do trabalhador .....	265
§ 19.º O tempo da prestação de trabalho: trabalhar quanto e quando? .....	271
19.1. Tempo de trabalho e tempo de repouso .....	271
19.2. Período normal de trabalho e adaptabilidade do tempo de trabalho .....	273
19.3. Horário de trabalho, descanso semanal e isenção de horário .....	275
19.4. Trabalho por turnos, trabalho nocturno e trabalho suplementar .....	278
19.5. Feriados .....	283
§ 20.º O direito ao repouso e ao lazer: o regime jurídico das férias .....	285
20.1. A duração das férias .....	285
20.2. Retribuição durante as férias .....	290
20.3. A estrutura complexa do direito a férias e a cessação do contrato .....	292
20.4. A marcação das férias .....	293
20.5. O ano da contratação .....	295
20.6. A tutela do direito a férias .....	296
§ 21.º O dever de assiduidade e o regime jurídico das faltas .....	299
§ 22.º Trabalhar a troco de quê? A retribuição .....	305
22.1. Noção e estrutura da retribuição .....	305
22.2. Qualificação .....	308
22.3. Modalidades .....	311
22.4. Prestações complementares ou acessórias: a base de cálculo .....	312
22.5. Determinação do valor da retribuição .....	315
22.6. Cumprimento da obrigação retributiva .....	320
22.6.1. Forma e prova do cumprimento .....	320
22.6.2. Lugar e tempo do cumprimento .....	323
22.7. A especial tutela da retribuição .....	326
22.7.1. Compensação da obrigação retributiva .....	326
22.7.2. Cessão do crédito retributivo .....	332
22.7.3. Prescrição dos créditos laborais .....	336
22.7.3.1. A prescrição de créditos .....	336
22.7.3.2. A <i>ratio</i> do art. 337.º, n.º 1, do CT. ....	338
22.7.3.3. A crítica ao art. 337.º, n.º 1, do CT .....	340
22.7.4. Privilégios creditórios .....	343
22.7.5. Fundo de garantia salarial .....	345

	Págs.
§ 23.º A suspensão do contrato de trabalho: o vínculo relaxado .....	347
23.1. Noção, fundamento e efeitos gerais da suspensão .....	347
23.2. Suspensão individual, por facto respeitante ao trabalhador .....	349
23.3. Suspensão colectiva, por facto respeitante ao empregador .....	354
23.3.1. Situações de crise empresarial .....	354
23.3.2. Encerramento temporário do estabelecimento .....	356
23.4. Suspensão consensual, por mútuo acordo .....	357
23.5. Suspensão por decisão do trabalhador .....	358
§ 24.º A cessação do contrato de trabalho: o vínculo dissolvido .....	363
24.1. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho .....	363
24.2. Formas de cessação do contrato de trabalho .....	366
24.3. Extinção por caducidade .....	368
24.4. Extinção por mútuo acordo (revogação) .....	374
24.4.1. A cessação por acordo .....	374
24.4.2. A exigência de forma escrita .....	376
24.4.3. A compensação pecuniária global .....	377
24.4.4. A cessação do acordo de revogação .....	380
24.5. Extinção por despedimento com justa causa .....	383
24.5.1. Noção de justa causa de despedimento .....	383
24.5.2. Os deveres do trabalhador .....	385
24.5.3. As condutas extra-laborais do trabalhador: candidatas positivas a constituir justa causa de despedimento? .....	390
24.5.4. O procedimento disciplinar .....	393
24.6. Causas objectivas de despedimento .....	399
24.6.1. Despedimento colectivo .....	400
24.6.2. Despedimento por extinção de posto de trabalho .....	403
24.6.3. Despedimento por inadaptação .....	405
24.7. Meios de reacção contra o despedimento .....	407
24.8. Ilicitude do despedimento: causas e efeitos da ilicitude .....	411
24.8.1. As causas de ilicitude do despedimento .....	411
24.8.2. Os efeitos da ilicitude do despedimento .....	413
24.8.2.1. A ilicitude/invalidade do despedimento .....	413
24.8.2.2. Os «salários intercalares» .....	417

	Págs.
24.8.2.3. A reintegração do trabalhador .....	427
24.8.2.4. A «indenização de antiguidade» .....	435
24.8.2.5. O despedimento irregular .....	442
24.8.2.6. Despedimento ilícito e contrato a termo .....	445
24.9. Extinção por iniciativa do trabalhador (demissão) .....	447
24.9.1. Demissão com aviso prévio (denúncia) .....	447
24.9.1.1. O princípio da livre demissão .....	447
24.9.1.2. A revogação da denúncia .....	453
24.9.2. Demissão com justa causa (resolução) .....	458
24.9.2.1. A noção de justa causa .....	458
24.9.2.2. Ocupação efectiva e assédio (breve referência) .....	461
24.9.2.3. Procedimento para resolução do contrato .....	464
24.9.2.4. Indemnização devida ao trabalhador .....	466
24.9.2.5. Indemnização a pagar pelo trabalhador .....	467
24.9.3. O abandono do trabalho .....	469

